

A MISSÃO E O DESAFIO DO CLERICALISMO

Rafael Lopez Villasenor
rafamx65@gmail.com

RESUMO: O artigo reflete a missionariedade diante do enigma da cultura do clericalismo, que vai na contramão do magistério do Papa Francisco de uma “Igreja em saída”, sinodal e decididamente missionária. A reflexão nos leva a alguns questionamentos: qual é a identidade do presbítero? Qual é a missão do presbítero religioso? Será que é possível uma Igreja sem clericalismo? Enfim, a Vida Religiosa masculina nasceu laical, mas com o passar dos séculos tornou-se quase na totalidade clerical, inclusive os religiosos não presbíteros passaram a fazer os serviços braçais nas congregações clericais, criando a desigualdade nas congregações clericais. O Religioso presbítero é uma força na missão evangelizadora, a partir dos carismas próprios, incrementando a vida espiritual e missionária da Igreja. Os religiosos missionários se empenharam com ardor na missão universal evangelizador da Igreja. O Pontificado de Francisco propõe uma Igreja missionária, enquanto que enfrenta as mazelas do clericalismo, que originam diversos tipos de contra-testemunho na ação pastoral missionária.

ABSTRACT: The Article reflects the missionary spirit in the face of the enigma of the culture of clericalism, which goes against the grain of Pope Francis’ magisterium of a “Church on the way out”, synodal and decidedly missionary. In the text we try to answer some questions, such as: what is the identity of the presbyter? What is the mission of the religious priest? Is a Church without clericalism possible? Finally, male Religious Life was born secular, but over the centuries it became almost entirely clerical, including non-priest religious who began to perform menial services in clerical congregations, creating inequality in clerical congregations. The religious priest is a force in the evangelizing mission, based on his own charisms, increasing the spiritual and missionary life of the Church. Religious missionaries were ardently committed to the universal evangelizing mission of the Church. The Pontificate of Francis proposes a missionary Church, while facing the ills of clericalism, which originate different types of counter-witness in missionary pastoral action.

Em 2023, as novas Constituições Xaverianas completam quarenta anos da aprovação. O trabalho de renovação foi uma longa tarefa iniciada em 1978, por uma comissão pós capitular, a pedido do X Capítulo Geral. Enfim em 24 de agosto de 1983, foram aprovadas as Constituições xaverianas, a luz dos documentos do Vaticano II, durante o XI Capítulo Geral, sendo confirmadas pela Santa Sé em 24 de março de 1984, pela Congregação para a Evangelização dos Povos. O Pe. Gabriel Ferrari, na época Superior Geral, escrevia na carta de apresentação das novas Constituições: *“O texto é o resultado de um tríplice fidelidade: ao Fundador e à sua inspiração original, à Igreja e à sua missão, ao mundo e às suas expectativas”*. A renovação se deu à luz das primeiras constituições, aprovadas em 1921, pelo dicastério romano, após um longo trabalho de elaboração. Diante da alegria da aprovação São Guido Maria Conforti escreveu a Carta Testamento, comunicando que as Constituições tinham sido aprovadas.

Nas Constituições Xaverianas (cf. C 73) temos um tríplice reconhecimento: somos religiosos consagrados, missionários e formamos parte de uma congregação clerical de direito pontifício com autonomia própria (cf. CIC 588-589), ligados à Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos (cf. CIC 590). Neste sentido, nossa reflexão não pretende refletir sobre as nossas constituições, mas fazer reflexão sobre a atitude enigmática do clericalismo, por sermos um instituto clerical, requisito circunstancial para aprovação das constituições, portanto não estamos isentos desse “câncer na Igreja”, assim chamado pelo Papa Francisco. Também neste ano, acontece o XVIII Capítulo Geral, tempo propício para o questionamento, a revisão e a ressignificação do carisma xaveriano.

Um dos maiores desafios da Igreja Católica para a missionariedade é o clericalismo, fortemente enraizado nas estruturas eclesiais, dificultando a ação evangelizadora. As mazelas do clericalismo aparecem como empecilho para uma Igreja sinodal em saída. Então, qual é a missão do xaveriano na Igreja? O que entendemos por clericalismo? De que maneira aparece na Vida Religiosa Consagrada missionária o clericalismo? Porque não empolga a proposta da caminhada eclesial do Papa Francisco? Essa e

outras questões nos fazem pensar que há uma caminhada eclesial na contramão da proposta de Francisco, em muitas vezes, procura-se uma vida confortável, cheia de privilégios, com celebrações litúrgicas que exageram nas rubricas, no uso excessivo de roupas clericais, buscando sempre mais regalias e conforto.

1. A IDENTIDADE DO PRESBÍTERO MISSIONÁRIO

Ao refletirmos sobre a teologia pastoral do presbítero, de acordo com a tradição da Igreja, reparamos que o ministério ordenado compreende três graus: o episcopado, o presbiterado e o diaconato, com a missão de ser animador das forças vivas presentes na comunidade, coordenador dos ministérios da comunidade, da construção do Povo de Deus e de ser o elo de comunhão, enquanto coordena em função da unidade. Tendo com missão principal anunciar e testemunhar o Evangelho, contraindo o “cheiro das ovelhas” (EG 24). Construindo a comunidade eclesial, diante de individualismo, subjetivismo pós-moderno, “não deixemos que nos roubem a comunidade!” (EG 92).

O presbítero precisa estar a serviço da missão, presente na comunidade como um irmão entre os irmãos, com o sacerdócio comum dos fiéis (LG 10). “Seu ministério nasce na comunidade e ele representa a Igreja” (CARRARA, 2019, p. 65). O ministro ordenado, seja religioso ou diocesano faz parte do presbitério, de um colégio que ajuda o bispo em sua solicitude para com a Igreja local, deve agir em comunhão com as diretrizes e orientações da Igreja local. Entretanto, o presbítero religioso tem um acréscimo mais, ele faz a profissão dos conselhos evangélicos, faz parte de uma comunidade religiosa e deve se inserir com a caminhada da Igreja local para uma missão específica.

Segundo Taborda (1999, p. 370), no primeiro milênio da história da Igreja a ordenação tem sempre em vista uma Igreja local, que vetava, inclusive, as ordenações absolutas. O Espírito Santo, nesse caso, suscita o ministério episcopal através da comunidade local, cabendo aos bispos vizinhos a legitimação da escolha pelo discernimento das qualidades do candidato, as quais per-

mitem conferir-lhe o Espírito pela oração e imposição das mãos. Nesse período da história, o exercício do ministério episcopal e presbiteral não se compreende fora da comunidade cristã na qual atua. Por isso era comum a ordenação de *invitus* e *coatus*, ou seja, homens convidados, às vezes coagidos, devido às suas qualidades e virtudes, a assumir esses ministérios de presidência da comunidade e dos carismas (TABORDA, 2011, p. 42).

O presbítero como representante da Igreja, exerce a missão de liderança na comunidade eclesial local. O ministério é uma graça recebida pela Igreja e, ao reconhecer tal carisma, aceita e confirma a precedente vocação de Deus. A nomeação comporta uma legitimação espiritual para a comunidade e para o próprio ordenado. A compreensão de ordenação não esgota o significado teológico do sacramento, enquanto se converte em novo acontecimento de graça, mas ajuda a compreendê-la como o ministério ordenado se converte em um elemento ordenador e organizador da comunidade (HACKMANN, 2011, p. 1096).

De acordo com Paulo Sérgio Carrara, no segundo milênio surgiu uma concepção mais cristológico e individualista do ministério ordenado, quando se generalizou no Ocidente a ordenação absoluta. Por sua vez, o Concílio de Trento reforçou a concepção ministerial centrando-se nos *poderes sacramentais*, como reação à insistência dos reformadores no serviço da pregação. O candidato clérigo recebe do próprio Cristo a vocação presbiteral.

A oração e imposição das mãos do bispo conferem ao clérigo o “poder da ordem” e o capacita para realizar os sacramentos. A comunidade eclesial desaparece do horizonte, porque o acento recai sobre o fato jurídico da ordenação válida. O presbítero recebe o sacramento da ordem para administrar os sacramentos, para ser pastor, para a missão evangelizadora. O papel principal é a ação evangelizadora da igreja, fazendo com que “todas as pastorais se tornem mais missionárias, que coloque os agentes pastorais em atitude constante de saída” (EG 27).

A ação pastoral missionária do presbítero não deve privilegiar ninguém, mas deve ter um coração para os pobres, os pe-

quenos, os fracos, para as crianças, os doentes, as minorias e os desfavorecidos colocando a vida a serviço do Reino, sendo protagonista da missão, chegando à vida das pessoas (cf. CARRARA, 2019b, p. 71). O presbítero tem como missão abandonar as comodidades para ir às periferias do mundo (cf. EG 19-20), constituindo uma Igreja em saída de portas abertas (EG 47). Com a missão e ministério a serviço da misericórdia, “o confessionário não deve ser uma câmara de tortura, mas o lugar da misericórdia do Senhor que nos incentiva a praticar o bem possível” (EG 44). A pregação forma parte essencial da missão presbiteral, por isso, a homilia deve ser “uma experiência intensa e feliz do Espírito, um consolador encontro com a Palavra, uma fonte constante de renovação e crescimento” (EG 137).

2. O PRESBÍTERO RELIGIOSO COM MISSÃO UNIVERSAL

A Vida Religiosa masculina tem suas origens no estado de vida laical. Porém com o passar dos anos se converteu em clerical. Os clérigos bispos da Vida Consagrada deixam a obediência e a comunidade religiosa, passando a ser parte do clero diocesano, permanecendo, apenas unidos afetivamente à ordem ou congregação de origem, os religiosos diáconos são raros ou apenas temporários, os religiosos presbíteros são a maioria dos clérigos religiosos.

Historicamente, no primeiro milênio, o carisma da Vida Religiosa Consagrada segue a originalidade e os religiosos normalmente não são ordenados presbíteros. Monges e eremitas eram ocasionalmente escolhidos para exercer o ministério episcopal em Igrejas locais desejosas ou necessitadas de um bispo considerado santo. Nos mosteiros, alguns monges recebiam a ordenação para o serviço litúrgico. As ordenações absolutas eram proibidas pelo Concílio de Calcedônia e aconteciam excepcionalmente. O certo é que normalmente, no primeiro milênio os religiosos não eram ordenados presbíteros. Portanto, a Vida Religiosa não tem origem clerical. (CARRARA, 2019, p. 69).

A ordenação de monges presbíteros começou para possibilitar a celebração da Eucaristia nos próprios mosteiros. Bastavam

dois ou três monges presbíteros para solucionar o problema. Porém, logo vem a tendência de ordenar monges como “recompensa” do estilo de vida, como a busca de monges para ocupar as cátedras episcopais, quando se sentia necessidade de um bispo especialmente santo. Com a valorização da missa como “boa obra meritória”, vieram a multiplicação das missas pelos defuntos ou das “missas penitenciais”, logo começou a aumentar o número de monges presbíteros. O surgimento das ordens mendicantes traz consigo uma nova perspectiva. Os frades eram ordenados para melhor poderem exercer sua missão de pregar o Evangelho. Mas continuavam primeiramente como irmãos ou frades (TABORDA, 2008, p. 44).

No segundo milênio, o carisma da Vida Religiosa e do ministério presbiteral, ficaram bastante clericalizado. O século XII no Ocidente, se torna quase unânime a regra da existência de presbíteros religiosos (TABORDA, 1999, p. 372). Porém, as fraternidades mendicantes, nasceram não-clericais, mas distanciadas da inspiração original, aos poucos se tornam clericais, o mesmo acontecendo com as ordens monásticas. As missas penitenciais e pelas almas, confirmam o fenômeno da clericalização da Vida Religiosa masculina.

A pregação própria dos frades formou parte da missão mais universal dos clérigos ordenados. Os presbíteros religiosos têm o privilégio da não pertença obrigatória a um presbitério. Eles têm uma missão mais universal. A função de presidir a celebração eucarística na comunidade que se animou pela pregação, para isso, requer a ordenação sacerdotal. Os religiosos passam a ser ordenados, podendo presidir a celebração da eucaristia e os sacramentos; caso contrário, não poderiam fazê-lo, mesmo que tenham edificado a comunidade com a própria palavra evangelizadora (TABORDA, 1999, p. 378)

No começo do século XVI surgem novas congregações religiosas mais clericais, com irmãos leigos colaboradores como auxiliares nos serviços domésticos e serviços gerais. Nas ordens mendicantes, o Religioso Ordenado passou ser uma força su-

plementar na missão evangelizadora. Os religiosos presbíteros, a partir dos carismas próprios das congregações, incrementaram a vida espiritual e missionária da Igreja, mesmo num contexto de clericalização e privatização do ministério presbiteral.

Monges e religiosos são ordenados presbíteros para presidirem comunidades eucarísticas específicas, cada vez mais autônomas e aleatórias e até mesmo, para simplesmente “rezarem a missa” sem a presença do povo. O monge e o religioso seriam presbíteros em sentido lato, enquanto é permitida a presidência da eucaristia das comunidades que edificaram com o testemunho de vida ou com a pregação (TABORDA, 1999, p. 379). Ser presbítero e ser religioso são carismas distintos, que nasceram em contextos diferentes, porém com o passar dos anos foram unificados. O carisma da Vida Religiosa Consagrada não é presbiteral (CARRARA, 2019, p. 70). Na ordenação de religiosos, uma vez que o presbítero religioso pertence a uma ordem ou congregação onde faz voto de obediência, além do superior local, deve obedecer a um bispo local quando está a serviço da ação missionária pastoral.

Os religiosos missionários se empenharam com ardor na missão evangelizadora da Igreja, em um trabalho mais universal e menos local, uma vez que as congregações se espalharam pelos continentes. Foram liberados para a missão universal, as ordens ou congregações ficando sujeitos aos legítimos superiores e pertencendo aos presbitérios dos lugares para onde forem enviados e exercem a ação missionária. Recordemos que nos seus primeiros quatro séculos de história da evangelização, a América Latina contou, quase exclusivamente, com instituições religiosas fundadas na Europa para a Evangelização, como foram os Dominicanos, Franciscanos, Mercedários, Jesuítas, Agostinianos, entre muitas outras congregações ou ordens religiosas.

Falar de protagonismo de presbíteros religiosos na Evangelização ao longo da história, de suas atividades, dos personagens e de seus feitos, não é difícil. A Vida Religiosa masculina, apesar de não perder a intuição original, fica associada ao ministério presbiteral, mesmo que, na modernidade, nasçam congregações

não clericais. Porém a maioria são clericais, até porque a pregação e as missões se tornaram parte de muitos carismas fundacionais.

Os presbíteros religiosos, uma vez que professam os votos numa congregação, especialmente se é missionária e de direito pontifício, encontram-se numa eclesialidade universal, podendo exercer seu ministério em qualquer lugar do mundo onde a congregação estiver presente. Obedecem ao Papa como supremo superior (CIC 590), exercem a mesma obediência na Igreja particular, ao bispo diocesano, em razão de sua autoridade pastoral. Na ordenação, os presbíteros religiosos prometem obediência ao legítimo superior e ao bispo diocesano (CARRARA, 2019, p. 73). Por sua vez, o presbítero diocesano faz parte da igreja particular. Portanto, integrando o clero religioso e clero diocesano no mesmo presbitério, realizando a justa harmonia entre a Igreja particular e a Igreja universal, é na Igreja particular onde se expressa o carisma das congregações. Os presbíteros religiosos vivem o ministério com uma missão universal, é na mútua partilha dos dons e carismas próprios com a Igreja particular, que se expressa em um carisma específico.

Muitos presbíteros religiosos ao não terem uma comunidade cristã para presidir a celebração eucarística, rezam a missa sozinho, fora do contexto comunitário, como uma devoção e não como um ato comunitário: será que isso não representa uma forma de clericalismo? Ignorando que a introdução geral do Missal Romano desconhece essa maneira de celebrar utilizando sempre *De Missa cum populo*, *De Missis concelebratis* e *De Missa celebrata a sacerdote, cui unum tantum minister assistit et respondet*, logo a missa não é um ato individual, piedoso e privado do presbítero, mas a celebração comum da Igreja. Então não poderia “celebrar solitariamente a eucaristia, pois a celebração, requer ser feita na comunhão, de onde se segue a necessidade constantemente requerida pelo direito canônico no cânone 906, pede a participação de ao menos outro cristão que responda ‘amém’. Mas também assumir paróquias e funções mais ou menos estáveis ou diretivas numa diocese não seria apropriado ao ministério próprio do religioso presbítero” (TABORDA, 1999, p. 380).

3. OS XAVERIANOS PERANTE A ATITUDE ENIGMÁTICA DO CLERICALISMO

O clericalismo está presente, também entre os xaverianos, a congregação é reconhecida juridicamente como clerical (C 73), mas não deveria cair no clericalismo. Talvez, os xaverianos quando escreveram as novas constituições não desejassem declarar-se congregação clerical, mas era necessário para que o Superior General pudesse admitir às ordens ministeriais. Pois bem, existem xaverianos clericalizados, mas também há quem caminha junto com o povo, aprendendo com os leigos e com as comunidades cristãs no processo de sinodalidade. Os xaverianos surgiram como congregação missionária, para dar uma resposta concreta a uma determinada conjuntura, com a finalidade do primeiro anúncio, muitas vezes, suprimindo a carência eclesial local do clero, contudo tentando testemunhar um estilo de vida profético.

O instituto xaveriano reconhecido pela Igreja como religioso-missionário e incluído entre os Institutos clericais de direito pontifício (CIC 588-589), empenhado com ardor na missão universal fora do nosso ambiente, cultura e Igreja de origem, entre os não cristãos, os destinatários privilegiados do Reino: os pobres, os fracos, os marginalizados pela sociedade, as vítimas da opressão e da injustiça (C 9).

No processo formativo xaveriano, a formação é para ser clérigo, não se incentiva a vocação para irmão missionário, não existe uma casa de formação exclusiva, não se têm um curriculum formativo específico¹. As Constituições Xaverianas afirmam: “para os que se orientam para ministérios não ordenados, exige-se uma preparação qualificada segundo as aptidões de cada um e as exigências da missão” (C 70); sem especificar que tipo de formação, nem o processo formativo próprio. Inclusive, quem é

¹ As constituições dos Missionários Xaverianos em nota afirmam que os irmãos, para realizarem adequadamente a sua vocação missionária, prosseguem a sua formação, depois do noviciado, com um plano orgânico de estudos que leve a uma boa preparação teológica e pastoral e à consecução de uma qualificação ou especialização técnica, científica ou catequética (C 70.4).

chamado e sente a vocação religiosa como irmão consagrado, sem ser clérigo, às vezes é desmotivado.

Parece, muitas vezes, entre os próprios xaverianos, a noção de que ser irmão religioso sem ser clérigo é uma vocação incompleta, com uma ausência, como se a Vida Religiosa e missionária não tivesse nascido laical e o essencial não fosse a profissão religiosa. Permanece ainda, certa mentalidade equivocada de que tais religiosos são pessoas que não são nem clérigos, nem seculares, mas que estão situadas no meio do caminho, como se fosse uma vocação indefinida.

Enfatizamos, que a Vida Religiosa não nasceu clerical, mas aos poucos a maioria dos institutos religiosos foram clericalizados. O importante para o religioso, com o passar do tempo foi ser presbítero e não irmão religioso. A vocação laical do irmão religioso ficou em segunda categoria como foi dito anteriormente, vista como “incompleta” e com pouco reconhecimento. Infelizmente, ao longo da história dos xaverianos os irmãos religiosos não tiveram uma preparação intelectual adequada, faziam os trabalhos manuais domésticos mais simples, como os serviços gerais e braçais ao serviço dos clérigos.

Na Vida Religiosa em geral, as desigualdades nas congregações clericais entre clérigos e não clérigos passou a ser muito perceptível, principalmente no exercício do serviço da autoridade. Os irmãos não poderiam exercer o serviço de “superiores” por estarem em uma congregação ou ordem clerical. Ainda tem que ser feito um caminho de desclericalização. Finalmente, em 18 de maio de 2022, o irmão leigo, teve a autorização canônica para poder prestar o serviço de autoridade, sendo superior de um instituto clerical. O Papa Francisco aprovou a mudança em 11 de fevereiro de 2022, concedendo a faculdade de nomear superior maior qualquer religioso, mesmo sem ser presbítero e pertencendo a uma congregação clerical. A decisão de Francisco, é revogada o cânon 588 do Código de Direito Canônico, que afirma que,

o estado de vida consagrada, por sua natureza, não é clerical nem laical. Denomina-se instituto clerical o que, em razão do

fim ou objetivo determinado pelo fundador ou em virtude da legítima tradição, se encontra sob o governo de clérigos, assume o exercício da ordem sagrada, e como tal é reconhecido pela autoridade da Igreja.

O documento foi publicado em 18 de maio de 2022, contém quatro artigos com os quais se determina que a Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica continuam sendo instâncias supremas encarregadas de “avaliar o caso individualmente e as razões alegadas pelo Moderador supremo ou pelo capítulo geral” Diante da nova disposição, nas congregações ou institutos clericais todos são irmãos entre si, com os mesmos direitos e deveres, ordenados ou não, portanto o serviço da autoridade não está vinculado ao sacramento da ordenação presbiteral. De acordo com a nova norma, todos os membros que fazem parte de uma família religiosa como “não clérigos” podem ser eleitos superiores maiores do instituto. A mudança está no caminho sinodal, é um passo em direção de uma vida religiosa mais fraterna, mas não é suficiente.

A Vida Religiosa xaveriana tem que ser cada vez mais sinodal e missionária, na medida em que vive radicalmente a experiência cristã e testemunha a entrega total no seguimento de Cristo, vivendo como irmão entre os irmãos (cf. C 67), independentemente de ser clérigo ou não. A força pastoral e missionária do religioso xaveriano vem do fato de ser expressão do seguimento de Cristo no meio do Povo de Deus.

4. A MISSÃO PERANTE AS MAZELAS DO CLERICALISMO

Francisco propõe uma Igreja missionária em saída de portas abertas (EG 46), uma igreja missionária que enfrenta as mazelas do clericalismo, que originam vários tipos de contratemunho na ação missionária. Em 13 de agosto de 2018, disse aos jovens italianos reunidos no Circo Máximo: “o clericalismo, não é só dos clérigos, é um comportamento que diz respeito a todos nós: o clericalismo é uma perversão da Igreja”. As palavras questionam a autenticidade e o testemunho de vida da Igreja e em especial dos

clérigos na ação evangelizadora. Para o Papa “os leigos, o clero e a Igreja, todos sofrem com a cultura do clericalismo. Ela distorce as nossas relações humanas e corrompe o corpo de **Cristo**”. Por isso, longe de um “excessivo clericalismo que mantém os leigos à margem das decisões” (EG 103).

A Associação dos Padres Católicos dos EUA, em junho de 2019, definiu o clericalismo como “uma expectativa, que leva a abusos de poder de que os ministros ordenados sejam e devam ser melhores do que qualquer outra pessoa do Povo de Deus”. Afirmação que induz a pensar que os clérigos não devem ser questionados pela sociedade, nem pela Igreja no comportamento, palavras, estilo de vida. O clericalismo leva a pensar o governo eclesial como senhores feudais, “muitas vezes é assim que eles se veem, como senhores do feudo, até mesmo com brasões, títulos de nobreza e todas as regalias que acompanham a superioridade” (BERETTA, 2019). “Quem caiu no mundanismo olha de cima e de longe, rejeita a profecia dos irmãos, desqualifica quem o questiona, faz ressaltar constantemente os erros alheios e vive obcecado pela aparência” (EG, 97).

O clericalismo é contratestemunho, se expressa no uso excessivo de roupas clericais, com uma “vida confortável” cheia de privilégios, com celebrações litúrgicas cheias de rubricas e repleta de tecidos, clericalizando o povo para ser aplaudindo e ganhar mais regalias, se sentindo super-homem com a última e definitiva palavra em todos os campos, sendo autorreferencial em todos os campos (cf. EG 94). Essencialmente, o clericalismo é a atitude típica de quem – bispo, presbítero, diácono, religioso – concebe “o ministério como poder a ser exercido e não como serviço gratuito e generoso a oferecer” acreditando ter sempre respostas prontas para todos, perguntas sem sentir a necessidade de ouvir e aprender (CARNEIRO, 2022, p. 584). Neste sentido Francisco afirma: “Deus nos livre de uma Igreja mundana sob vestes espirituais ou pastorais! Este mundanismo asfixiante ... Não deixemos que nos roubem o Evangelho!” (EG 97).

Não se pode cair no um exibicionismo da liturgia, da dou-

trina e do prestígio da Igreja, sem preocupar-se na vivência do Evangelho (EG 95), como o uso fora da liturgia da batina, que pode apontar para o “poder sagrado” autoritário e não dialogal. O clericalismo se faz presente onde quer que o serviço se transforme em domínio, em exercício de poder pessoal, para situar-se acima dos outros, ocupando o primeiro lugar e obtendo vantagens pessoais, pondo-se acima dos leigos e se sentindo membro de uma casta sacerdotal (cf. CARRARA, 2019b, p. 81), deixando de lado a ação evangelizadora e missionária. É um mal que afasta as pessoas da Igreja e torna os leigos infantis. Um “mundanismo espiritual, que se esconde por detrás de aparências de religiosidade ... uma maneira subtil de procurar os próprios interesses” (EG 93).

A cultura do clericalismo começa na formação presbiteral. Mesmo com um tempo de preparação cada vez mais longo, com exigências e critérios formativos sempre mais precisos, mas que parecem nunca ser o suficiente (CARNEIRO, 2022, p. 581). Nos seminários, os futuros clérigos se educam para administrar a paróquia como um feudo, os sacramentos como privilégio dos “puros”, o magistério como ortodoxia e moralismo, deixando em segundo plano a ação pastoral e missionária. Formados e submetidos a processos de aculturação, sendo romanizados e educados a estarem acima do povo em busca de privilégios (cf. CONSTADOAT). A um “mundanismo espiritual” como uma suposta segurança doutrinal ou disciplinar que dá lugar a um elitismo narcisista e autoritário (EG 94). Para combater essa enfermidade o Papa diz que “prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças. Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos” (EG 49).

O clericalismo é um vício estrutural, que ambiciona construir uma aristocracia no Povo de Deus, obtendo vantagens e poder; muitas vezes, apela para uma falsa moral, nega o primado da consciência, prega uma teologia distorcida e arcaica, nega os sinais dos tempos impedindo de aprender com a realidade cotidiana, imunizando a Igreja da vida, entende a tradição como um museu imóvel,

que impede a evangelização (cf. BERETTA, 2019). Nesse sentido, Francisco afirmou, no encontro com o clero na catedral de Palermo na Itália em 15 de setembro de 2018: “O clericalismo é a perversão mais difícil de eliminar. A Igreja não está acima do mundo, mas dentro do mundo, para fazê-lo fermentar, como fermento na massa. Por isso, queridos irmãos, toda forma de clericalismo deve ser banida”. Porque “em um mundanismo espiritual esconde-se por detrás do fascínio de poder” (EG 95), com graves consequências para o testemunho evangelizador.

O clericalismo é a cultura religiosa que atinge também os leigos, que colocam o padre em um pedestal, que se vê através de palavras e atitudes em torno ao padre, isto é, um “mundanismo espiritual” na sua busca pelo poder, prestígio, prazer ou segurança econômica (EG 98). Aparece no abuso do dinheiro e do luxo às custas da Igreja; nos abusos de autoridade, de consciência, espirituais e sexuais; não valorizando, nem aceitando a celebração da palavra com ministros leigos, entre outras muitas atitudes, tanto por parte dos clérigos como dos leigos. Impedindo a ação evangelizadora e missionária. Por isso, “não deixemos que nos roubem a força missionária!” (EG 109).

Francisco sonha com um presbítero pastor, com cheiro de ovelhas, pastor no meio do rebanho (EG 24), mas por outro lado, se vê um clero que busca privilégios, se isola de amizade comuns com as pessoas. Acha ter “autoridade” inquestionável, pensa que sabe dar respostas para além da competência e capacidade. Inclusive, distorce qualquer forma de relações humanas fraternas. Esse tipo de atitudes vai na contramão do testemunho pastoral e missionário. A Igreja de Francisco é uma Igreja capaz de descobrir Jesus no rosto dos outros, na sua voz, nas suas reivindicações (cf. EG 91). Porque uma Igreja que busca a autocomplacência egocêntrica a sair à procura dos que andam perdidos e das imensas multidões sedentas de Cristo é uma Igreja que não traz, de fato, o selo de Cristo encarnado, crucificado e ressuscitado, mas, sim, uma Igreja encerrada em si mesma, em grupos de elite (cf. EG 95).

Para o Concílio Vaticano II, entre os membros do Povo de

Deus há igualdade na dignidade e na ação comum dos fiéis, na construção da Igreja. Visão que não entrou no mundo clerical. Francisco se esforça para ter uma Igreja em saída, sinodal e missionária, na contramão do clericalismo, mas que tem pouca receptividade. Infelizmente, ainda hoje, há muitas paróquias e dioceses sem o conselho de assuntos econômicos ou sem o conselho pastoral. Essas paróquias e dioceses são administradas com um **espírito clerical**, sem nenhuma prática sinodal. A Igreja Católica precisa de presbíteros que sejam cristãos, pastores e missionários, em vez de funcionários de uma organização sacerdotal, dirigida por uma classe que se elege a si mesma, que acredita estar isenta de responsabilidade perante o Povo de Deus.

O Agenor Brighenti coordenou uma pesquisa entre o clero brasileiro, em busca do perfil dos “padres novos”. O resultado deixa transparecer que os “padres novos” são muito mais clericais, autoritários, ortodoxos e moralistas. O autor vê um deslocamento do aspecto profético para o terapêutico e do ético para o estético na esfera da experiência religiosa, provocado tensões e entraves nos processos pastorais em curso, tanto nas dioceses entre presbíteros como nas paróquias onde atuam frente a religiosas, leigos e leigas (BRIGHENTI, 2021 p. 17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao completarmos as quatro décadas das novas Constituições Xaverianas devemos olhar o futuro alimentando a esperança e resignificando nosso estilo de vida e missão, isto é, sermos Igreja em “saída” dialogando e respeitando as culturas dos povos entre os quais somos enviados (cf. C 13). Isso se traduz em sair da própria comodidade, cultura, egoísmo e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do evangelho (cf. EG 20). “Sair em direção aos outros para chegar às periferias humanas não significa sair pelo mundo sem direção nem sentido” (EG 46). Como instituto missionário temos o desafio de formar uma “Igreja em saída” que sai da comodidade dos seus seguranças para ir ao encontro dos menos favorecidos da sociedade, capaz de abrir as portas para aco-

lher aqueles que queiram entrar, sem a necessidade de uma “visão alfandegária”. Porque, muitas vezes, a Igreja age como controladora da graça, e não como facilitadora. A respeito disso, Francisco não deixa dúvidas: “a Igreja não é uma alfândega, e sim casa paterna, onde há lugar para todos com a sua vida fatigosa” (EG 47).

O clericalismo acentuado não faz bem a caminhada missionária eclesial, vai na contramão do Concílio Vaticano II e da proposta de Francisco, que se apresenta como triunfalista e saudoso de um sistema eclesial que não existe mais na realidade atual. Infelizmente, não se enxergam sinais de mudança em este campo. Pelo contrário, existem sinais para fortalecer as tendenciosas interpretações tradicionalistas teológicas, bíblicas e pastorais, apesar das tentativas de mudanças de alguns setores, dos esforços e críticas do Papa Francisco que, até mesmo declara o clericalismo como “a perversão mais difícil de eliminar”. Portanto, o clericalismo parece alérgico as reformas de Francisco.

Como Congregação Missionária clerical não se está imune à doença do clericalismo. Devemos fazer um exame de consciência. Diante ao perigo clerical como xaverianos precisamos estar atentos para não sermos infectados por esse vírus, mas estarmos sempre ao serviço ao Povo de Deus e da Igreja, sendo testemunhas da Sinodalidade em uma Igreja em Saída. Somos chamados a sermos **pastores e missionários com “cheiro de ovelha” através das** palavras e do testemunho, **como** família religiosa, entre os não cristãos sendo comunhão e fraternidade em Cristo (cf. C 35).

Infelizmente não existem muitos caminhos para a superação do clericalismo, enquanto não sejam feitas mudanças profundas nas estruturas eclesiais, como no processo de escolha dos bispos, o atual Código de Direito Canônico que é intrinsecamente clerical e piramidal, inclusive o atual processo sinodal sobre a Sinodalidade está comprometido pelo clericalismo e por uma Igreja da cristandade que é contra as reformas do Papa Francisco. É necessário um autoquestionamento para superar as raízes profundas do clericalismo que estão em nós, o que seria uma contribuição importante para a renovação da missão da Igreja em saída.

PARA REFLETIR

- O que entendemos por clericalismo?
- Com quais atitudes concretas aparece o clericalismo nas nossas comunidades?
- Como missionários, qual deverá ser nossa missão no pontificado do Papa Francisco em uma Igreja em Saída?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERETTA, Roberto. Clericalismo: uma doença mortal. **Vino Nuovo**, 30-03-2019. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/>>. Acesso: 06 de setembro de 2022. Tradução: Moisés Sbardelotto.

CARRARA, Paulo Sérgio. A identidade do presbítero religioso: uma identidade problemática. **Convergência**. p. 64-74, março 2019, ANO LIV, n. 519 p. 64-77.

_____. **Presbítero: discípulo do Senhor e pastor do rebanho**. São Paulo: Vozes, 2019b.

BRIGHENTI, Agenor. **O novo rosto do clero: Perfil dos padres novos no Brasil**. São Paulo: Vozes. 2021.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. São Paulo: Loyola 1987

CONSTADOAT, Jorge. **Desclericalizar a Igreja**. Disponível em: <<https://www.xaverianos.org.br/>>. Acesso: 06 de setembro de 2022.

FRANCISCO. **Evangelii Gaudium**, A Alegria do Evangelho. São Paulo: Paulinas 2014.

HACKMANN. A identidade presbiteral depois do Vaticano II. Presbyterian Identity after Vatican II. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 24, p. 1090-1112, dez. 2011.

MARQUES, L.F.C. **Pandemia e clericalismo**. REB, Petrópolis, volume 82, número 323, p. 569-590, Set/Dez. 2022.

MISSIONÁRIOS XAVERIANOS. **Constituições e Regulamento Geral**. São Paulo, 2008. Edição Revisada.

NATIONAL CATHOLIC REPORTER. É preciso enfrentar o

clericalismo antes de tentar reformar o sacerdócio. **UNISINOS**. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/>>. Acesso: 13-agosto de 2019. Tradução: Moisés Sbardelotto.

TABORDA, Francisco. **A Igreja e seus ministros**. Uma teologia do ministério ordenado. São Paulo: Paulus, 2011.

_____. O Religioso Presbítero: uma questão disputada, reflexão teológica a partir da tradição jesuítica. **Perspectiva Teológica**, n. 31 (1999) p. 363-382.

_____. Religiosos Ordenados, tentativa de solução a partir do “princípio da economia” - Revista **CLAR**, n. 4 2008, p. 38-46.